



QUEM MANDOU MATAR MARIELLEZ

REFORMA

ADMINISTRATIVA

Desmante do Estado avança no Congresso Nacional

Págs. 08 a 11



Em crise de financiamento, emendas parlamentares ameaçam autonomia das universidades *Págs. 12 e 13*

Dinheiro público beneficia *big techs* em vez de fortalecer tecnologia nacional *Págs. 14 a 16*

A nona tese do ensaio “Sobre o conceito de história” (1942), do proeminente filósofo alemão Walter Benjamin, é célebre por sua interpretação da pintura de Paul Klee, intitulada *Angelus Novus* (1920). Benjamin descreve a pintura do artista suíço como a representação de forças que impelem o “anjo da História” continuamente em direção ao futuro, enquanto, de olhos voltados para o passado, ele vê crescer aos seus pés a imensa ruína amalgamada da sequência de episódios do passado.

Setembro de 2025 ficará marcado definitivamente na história do Brasil, como um desses raros momentos em que a contracorrente dos eventos, detendo a fantasia irresistível da tempestade a que chamam progresso, obriga-nos a um entendimento com os escombros do passado e acena com a promessa de que o “anjo novo” de Klee, possa finalmente voltar o rosto para o que virá. A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais sete integrantes do núcleo dirigente que coordenou a tentativa de Golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, aí incluídos militares da mais alta patente, apresenta-se como uma espécie de oportunidade *sui generis* para que, rompendo o ciclo vicioso de farsas que se insinuaram continuamente em retorno na história nacional sob as vestes da tragédia, possamos renovar nossa abjeção a uma trajetória marcada pelo arbítrio e autoritarismo, em direção a um projeto de país fundado efetivamente na democracia e na soberania popular.

Não são poucos os exemplos, ao longo da história do Brasil, em que militares e civis, imbuídos de convicções anti-democráticas, esboçaram tentativas de assalto ao poder e, não encontrando força adversa que os responsabilizassem na forma da lei, acabaram acumulando forças suficientes para intencionadas bem sucedidas. Para fugir à obviedade de figuras e eventos

mais conhecidos, tomemos apenas dois exemplos decorridos durante a vigência do regime constitucional de 1946 a 1964.

Em fevereiro de 1954, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército assinaram documento conhecido como “Manifesto dos Coronéis”. Esse panfleto desencadeou todo um conjunto de episódios que culminaria no suicídio de Getúlio Vargas e projetou ao plano primeiro da política nacional, o famigerado General Golbery do Couto e Silva. Jamais responsabilizado por sua insubordinação e tentativas de desestabilização do governo democrático, ele seria personagem central no Golpe que engendrou a Ditadura Empresarial-Militar a partir de 1º de abril de 1964. Ao seu lado estavam, desde 1954, outras figuras de proa do regime instituído em 64, como Sylvio Frota e Ednardo d’Ávila Melo.

Do mesmo modo, em 1959, 15 militares, dentre eles o Major da Aeronáutica Haroldo Veloso, protagonizaram o primeiro sequestro de aeronave da história do Brasil, subtraindo avião da PanAir, que saiu do Rio de Janeiro com destino a Manaus, em episódio conhecido como Revolta de Aragarças, em alusão à base situada em Goiás onde os golpistas, de posse de cinco aeronaves, tramaram decolar a fim de assassinar o presidente Juscelino Kubitschek. Veloso seria igualmente um dos protagonistas do Golpe de 64 e acabaria por encerrar sua trajetória como Deputado Federal, eleito pela Arena em 1966 no estado do Pará. Entre seus comparsas de 1959 estava o Brigadeiro João Paulo Burnier, ministro da Aeronáutica a partir de 1968 e um dos organizadores da estrutura de sequestros, torturas e assassinatos de Estado que se seguiu à promulgação do AI-5.

Por mais de 130 anos, setores das Forças Armadas brasileiras têm cultivado uma utopia autoritária em que se vislumbram como “garantidores da lei e da ordem” e postulam seu direito compreendido como natural a exerces-

rem uma espécie de “poder moderador” sobre a República. Jamais representantes desse setor enfrentaram consequências por seus atos de vilipêndio à vontade popular, por seus abusos de Estado e por seus crimes contra a humanidade. Pelo contrário, parte do contexto de recrudescimento do reacionarismo político desse setor, que resultou em todo o redesenho da correlação de forças na sequência do golpe sofrido em 2016 pela ex-presidenta Dilma Rousseff, pode ser atribuído ao descontentamento provocado pela iniciativa de instituição da Comissão Nacional da Verdade e por seus esforços de rever o pacto de silêncio que se instalou ao longo do processo gradual de transição democrática, aberto entre 1978 e 1988.

Nesse sentido, a decisão proferida pela 1ª turma do Supremo Tribunal Federal (STF) em 11 de setembro de 2025 é um marco. Ela não é apenas disruptiva em relação a esse passado de leniência das instituições democráticas com atos criminosos de busca da supressão da soberania popular, mas também institui a possibilidade de uma contra-ofensiva por parte dos movimentos sociais, sindicatos de classe e partidos de esquerda, em ampla unidade, tendo em vista uma nova concertação e um novo projeto de futuro para o Brasil. Como visto no domingo, 21 de setembro, quando, diante da espúria tentativa da Câmara dos Deputados de aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição no sentido de blindar crimes cometidos por parlamentares, acompanhada da aprovação do regime de urgência para um Projeto de Lei de Anistia para os culpados do 8 de janeiro de 2023, a população foi às ruas e deu um recado contundente. Com isso, o novo cenário aberto neste mês de setembro nos estimula a reconhecer que é possível ousar, é possível lutar e é possível vencer. O ANDES-SN seguirá nas redes e nas ruas dizendo não à anistia, combatendo a extrema direita e seu desejo autoritário e exigindo uma democracia consubstanciada em direitos.

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe: Luciano Berengeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DRT 9045/DF, Renata Maffezoli, Letícia Figueiredo DRT 4124/DF

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Grito dos Excluídos e Excluídas reafirma luta pela vida, democracia e justiça climática



A 31ª edição do Grito dos Excluídos e Excluídas, manifestação histórica de resistência popular realizada em torno do 7 de setembro, teve como lema central este ano “Cuidar da casa comum e da democracia é luta de todo dia” e manteve o tema permanente “Vida em primeiro lugar!”. Docentes participaram dos atos em todo o país. Em Brasília (DF), dirigentes do ANDES-SN marcaram presença na Praça Zumbi dos Palmares, no Conic – região central da capital federal, junto a movimentos sociais, parlamentares, entidades sindicais, culturais e estudantis.

Os principais eixos abordados foram mudanças climáticas, democracia, economia, renda e trabalho, dívida pública, migração, comunicação e políticas públicas. Os temas relacionaram o contexto brasileiro ao global, uma vez que a conjuntura atual é marcada por um dos mais violentos ataques à soberania nacional desde o golpe empresarial-militar de 1964, com ações do imperialismo na América Latina e o “tarifaço de Trump-bolsonarismo”

contra a economia brasileira.

De acordo com o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça, é significativo que tal ação tenha surgido como forma de desmilitarizar o significado do 7 de setembro, em um contexto em que a classe trabalhadora enfrenta a crescente militarização da sociedade brasileira na conjuntura atual. “Para o nosso sindicato, a luta pelas liberdades democráticas em um contexto de ataque à soberania nacional e, especialmente, pelas ações do imperialismo estadunidense, é tarefa de todo o conjunto da classe trabalhadora. Nesta edição do Grito, aproveitamos para fortalecer a luta contra a reforma Administrativa, que visa atacar os direitos do funcionalismo público e, sobretudo, precarizar o serviço público. Nós entendemos que isso é um ataque à população em geral e, por isso, reafirmamos que a reforma Administrativa é um golpe contra a democracia”, enfatizou.

Bandeiras de luta como a defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais e trabalhistas foram destacadas durante os protestos

que ocorreram em todo o Brasil. A crise climática e a urgência de reverter este cenário, que já impõe tragédias ambientais em várias regiões do planeta, também esteve na pauta das manifestações.

Em todo o país, representantes do ANDES-SN reforçaram, ainda, a necessidade de ampliar a participação no “Plebiscito Popular por um Brasil mais Justo e Soberano”, que propõe o fim da jornada 6x1 e a taxaço de grandes fortunas. O prazo para votação no plebiscito encerra-se em 12 de outubro. A iniciativa busca consultar a sociedade sobre temas centrais para a classe trabalhadora, e a adesão do ANDES-SN foi aprovada no 68º Conad, realizado em julho, em Manaus (AM). Participe pelo site Vota Bem, acesse pelo QR Code ao lado:



Para o presidente do ANDES-SN, o recado que ecoou das ruas foi direto: só com organização e luta será possível enfrentar os retrocessos, proteger a natureza e construir um país verdadeiramente justo, sustentável e soberano.

Ato em Minas Gerais garante protocolo de PEC contra privatização da Uemg e da Unimontes



A comunidade da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) segue em luta pela autonomia e pelo fortalecimento da educação no estado. No dia 10 de setembro, aconteceu o "Dia Nacional de Luta em Defesa da Uemg e do Patrimônio das Universidades Estaduais", contra a privatização das universidades mineiras. Pela manhã, ocorreu o Seminário Nacional sobre a Autonomia Universitária e uma audiência pública na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). À tarde, no mesmo local, foi realizado um ato público, reunindo caravanas vindas do interior do estado.

Nacionalizar a luta contra os ataques do governo de Romeu Zema (Novo) às universidades mineiras foi uma resolução do 68º Conad, realizado em Manaus (AM) no mês de julho deste ano. A deliberação estabelece também que o ANDES-SN intensifique o apoio político, financeiro, jurídico e estrutural à mobilização em defesa da Uemg e contra os projetos de lei do governo Zema que visam a destruição das universidades estaduais mineiras.

Articulada ainda no processo de pressão contra os ataques, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Estadual foi protocolada na ALMG, com o objetivo de assegurar a autonomia administrativa, financeira e patrimonial da Uemg e da Universidade Estadual de Montes Claros

(Unimontes). A proposta foi apresentada a parlamentares pela Associação de Docentes da Uemg - Seção Sindical do ANDES-SN (Aduemg SSind.) e veda interferências do Executivo nas instituições, sendo uma resposta à tentativa de federalização/privatização da Uemg e aos ataques do governo Zema à educação superior pública.

A possibilidade de extinção ou privatização da Universidade do Estado de Minas Gerais está no pacote que o governo Zema elaborou para pagar as dívidas do estado com a União, no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Os projetos de Lei 3.733/25 e 3.738/25, que visam o fim do patrimônio da universidade, bem como sua federalização/privatização, ainda não foram arquivados. E, até o momento, não há qualquer manifestação do governo federal no sentido de federalizar a Uemg.

Raquel Vega, da coordenação do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides) do ANDES-SN, destaca que a mobilização contou com a presença das professoras, dos professores, estudantes, técnicas e técnicos dos 22 *campi* da Uemg e da Unimontes, além de docentes da base do Sindicato Nacional de outros estados, que estiveram presentes na audiência pública "Autonomia Universitária" e no ato. "A força desta união fez com que conseguíssemos as assinaturas necessárias

para protocolar a PEC, que irá garantir autonomia às universidades estaduais, passo importantíssimo e um fruto da nossa luta. Iremos intensificar a pressão para que essa PEC seja aprovada e os projetos de lei arquivados. As propostas de Zema colocam à venda o patrimônio das universidades e pretendem entregar de bandeja a gestão da Uemg ao capital financeiro, seguindo a lógica de financeirização da educação. O ANDES-SN defende e luta por uma educação pública, gratuita de qualidade e socialmente referenciada, como garantida no Art. 206 da Constituição, bem como a educação como direito social inalienável", salienta a 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do Sindicato Nacional.

PEC foi protocolada com 37 assinaturas

A PEC apresentada pela Aduemg SSind. altera o artigo 199 da Constituição Estadual, para acrescentar os termos "financeira e patrimonial" em substituição a apenas "autonomia administrativa". Além disso, ela acrescenta nove parágrafos novos à Constituição mineira.

O 1º veda a interferência do estado na administração dos bens e assegura a autonomia didático-científica da Uemg e da Unimontes. O 2º reafirma que compete exclusivamente a cada instituição a alienação de seus bens móveis e imóveis. O 3º determina que os projetos de lei do

Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) devem incluir diretrizes, objetivos, metas, prioridades e receitas de impostos destinados às duas universidades. O 4º obriga o estado a destinar dotações e recursos para a operacionalização e manutenção das atividades necessárias à implantação e ao desenvolvimento da Uemg e da Unimontes. O 5º busca garantir que novas unidades sejam instaladas em regiões populosas ainda não atendidas pelo ensino superior.

Já os demais dispositivos - do 6º ao 9º - tratam de reivindicações históricas da comunidade universitária, como autonomia para atividades acadêmicas e administrativas, eleições para dirigentes, regime de dedicação exclusiva e regulamentação do piso salarial.

Grande ato em defesa do patrimônio mineiro

Com palavras de ordem como "Uemg: quem conhece, defende", "Uemg é patrimônio do povo mineiro" e "Zema, tire as mãos do patrimônio dos mineiros", um grande ato público foi realizado em frente à ALMG. Docentes de diversos estados, parlamentares, representantes de movimentos sociais, estudantis e de outros sindicatos participaram da manifestação. Uma marcha foi realizada nas proximidades da Assembleia mineira.

Para Jacqueline Magalhães, 1ª vice-presidenta da Regional Leste, o dia foi de grande fortalecimento da luta e de avanço nas conquistas. "O seminário contou com várias apresentações teórico-práticas, recuperando o histórico dessa premissa da autonomia universitária em termos de gestão, em termos financeiros, em termos de pensar o político-pedagógico nas instituições de educação - pelo ensino, pesquisa e extensão referenciados em nossa diversidade. Além disso, o investimento na educação, como é representado pela Uemg e pela Unimontes,



é um investimento no desenvolvimento do país, no desenvolvimento do seu povo, na nossa relação com outros países, na nossa inserção no cenário da América Latina e no cenário mundial. A educação jamais poderá ser considerada como dívida, podendo ser empenhada ou privatizada", observou.

Ataques do governo Zema à Uemg

A venda dos patrimônios móveis e imóveis da Uemg bem como a sua extinção, previstos nos PLs 3733/25 e 3738/25, representam um profundo ataque à autonomia universitária e à população mineira. No total, são 14 projetos de lei encaminhados à ALMG, que preparam a adesão ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida do Estado (Propag), do governo federal, criado pela Lei Complementar Federal 212/25 e regulamentado pelo Decreto 12.433/25.

Além da Uemg, o governo mineiro também pretende privatizar a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), entre outros patrimônios do estado. O prazo para adesão de Minas Gerais ao Propag vai até o dia 30 de outubro.

XXI Encontro das Iees, Imes e Ides será em outubro em Campina Grande (PB)

O ANDES-SN realizará, entre os dias 24 e 26 de outubro, o XXI Encontro do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees/Imes/Ides), com o tema central "Salário, carreira e condições de trabalho". O evento acontecerá na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus de Campina Grande (PB).

O XXI Encontro será um espaço estratégico para aprofundar o debate sobre as condições de trabalho, fortalecer a mobilização da categoria e avançar na luta por salários dignos e carreiras valorizadas.

Confira a programação:

Sexta-feira (24)

14h: Credenciamento;
14h30: Mesa de abertura;
15h às 18h: Mesa 1 - Salário, Carreira e Condições de Trabalho: o Setor das Iees/Imes/Ides em debate.

Sábado (25)

9h às 12h30: Painel com apresentação das seções sindicais;
12h30 às 14h30: Almoço;
14h30 às 16h30: Mesa 2 - Condições de Trabalho, Previdência e Saúde Docente: o que a enquete tem a dizer sobre as(os) docentes das Iees/Imes/Ides;
16h30 às 17h30: Lanche;
17h30 às 19h30: Pesquisa sobre o financiamento das Iees/Imes/Ides: em defesa da Uemg e organizando a luta pela LOA 2026.

Domingo (26)

9h às 13h: Plenária final.



Docentes das instituições federais intensificam mobilização no mês de setembro

Categoria ampliou a luta contra a reforma Administrativa e pelo cumprimento do Acordo de Greve



As e os docentes federais realizaram, durante o mês de setembro, diversas ações para pressionar pelo cumprimento integral do Acordo de Greve, firmado em 2024, e contra a reforma Administrativa. Manifestações nos estados e em Brasília (DF), com atos no aeroporto e na Câmara Federal, além de panfletagens, audiências, aulas públicas e debates marcaram o calendário de lutas do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes). Várias das atividades foram articuladas em conjunto com as demais categorias do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe).

A intensa agenda de mobilização foi definida na reunião do Setor das Ifes, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto. Na ocasião, foram discutidos temas que afetam a atividade docente e o conjunto das servidoras e dos servidores públicos, como a ameaça de reforma Administrativa, o não cumprimento integral do Acordo de Greve de 2024, a Instrução Normativa 71/2025 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a aplicação do Piso Nacional do Magistério para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

No dia 3 de setembro, diretores do ANDES-SN acompanharam a sessão da Comissão Geral da Câmara dos Deputados, durante a qual foram apresentados pontos do relatório da reforma Administrativa. Durante a reunião, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), reafirmou a prioridade de aprovar a reforma ainda

neste semestre, com o argumento de “modernização” da administração pública.

Na avaliação do Setor das Ifes, a proposta discutida no grupo de trabalho (GT) da Câmara é ainda mais nociva que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 e prevê a completa destruição do serviço público brasileiro. A medida ameaça salários, estabilidade, aposentadorias e a própria existência dos serviços públicos gratuitos, abrindo caminho para privatizações e aumento da precarização.

No dia 10, a mobilização começou pela manhã, em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados. À tarde, o conjunto do funcionalismo se concentrou no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) exigindo do governo um posicionamento contra a reforma Administrativa.

Já no dia 11, foi realizada uma audiência

pública, na Comissão de Administração e Serviço Público (Casp) da Câmara dos Deputados, para denunciar o descumprimento de compromissos firmados pelo governo em 2024 com as categorias da Educação Federal. A atividade contou com a participação de entidades ligadas à Educação Federal. Apesar de convidados, os ministros Camilo Santana, da Educação (MEC); Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI); e Rui Costa, da Casa Civil; além de representantes de secretarias do MEC, não compareceram.

O 2º tesoureiro do ANDES-SN, Diego Marques, condenou a postura do governo e destacou diversos pontos do acordo que seguem sem implementação, entre eles: a construção de um marco regulatório para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que segue parado na Casa Civil; a alteração do Decreto 1590/1995, que trata do controle de frequência das e dos docentes da carreira EBTT; o reenquadramento de aposentadas e aposentados e a regulamentação da “entrada lateral”, que permitiria mobilidade sem perda de carreira, ambos ignorados até o momento.

"Na audiência pública, exprimimos nossa indignação com a morosidade e negligência do governo em relação ao integral cumprimento do Acordo de Greve nº 10/2024. É inaceitável que mais de 1 ano e três meses após a pactuação dos acordos, temas fundamentais como a alteração do Decreto 1590/1995 ou o



Foto: Thamires Barreto



Fotos: Thamires Barreto

substitutivo da Portaria MEC 750/2024 ainda estejam pendentes de efetivação”, criticou.

“Do mesmo modo, não podemos aceitar a lentidão com que decorrem as tratativas do GT de reenquadramento de aposentadas e aposentados e de entrada lateral, temas que foram centrais às lutas da nossa categoria durante as jornadas da greve. Nesse momento, o 'jogo de empurra' a que somos submetidos, como o MEC responsabilizando ora o MGI, ora Casa Civil pelo adiamento das providências necessárias ao cumprimento do acordo torna a situação ainda mais insustentável. Cabe ao governo assumir que pactuou tais pontos com nossa categoria e que não há diferentes "governos" na esfera federal, se não aquele que foi signatário dos acordos. Exigimos garantias quanto aos reajustes pactuados para 2026 e a imediata solução dos pontos pendentes”, acrescentou.

Marques ainda expressou preocupação com a parcela do reajuste salarial negociada para 2026. Com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevendo uma evolução de despesas de, no máximo, 4%, em um cenário de inflação projetada em 4,5%, não há garantias de que os reajustes para as categorias de servidoras e servidores

públicos federais, incluindo os acordados no Termo nº 10/2024, serão cumpridos.

“Esse é um item importantíssimo dos acordos que foram firmados com as nossas categorias. E não há garantias na projeção para o Orçamento do ano que vem, segundo o que veio na LDO, de que esses reajustes vão ser cumpridos. Vamos precisar fazer uma luta para garantir que esse elemento fundamental seja cumprido. Afinal de contas, atacar a remuneração, atacar a massa salarial dos servidores públicos, é atacar a economia doméstica das famílias, das cidades e dos estados desse país”, alertou.

Durante todo o mês, às terças-feiras, o ANDES-SN, em conjunto com outras entidades do Fonasefe, realizou atos no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF), para pressionar parlamentares, que desembarcavam na capital federal, a votar contra a reforma Administrativa. Sob o lema "Se votar, não volta!", docentes e demais servidores protestaram contra a proposta, ecoando palavras de ordem como: "Não é reforma, é demolição!". Os atos também foram um momento de diálogo com a população para denunciar as armadilhas da reforma. Importante lembrar que a PEC 32/2020 perdeu força na Câmara dos Deputados,

no final de 2023, após intensa mobilização das categorias do serviço público.

Entre os dias 22 e 26, delegações de diferentes estados estiveram em Brasília (DF) para participar da Semana Unificada de Lutas contra a reforma Administrativa, ampliando a resistência nacional contra o projeto. De acordo com Diego Marques, as mobilizações de setembro deram o recado que as e os docentes, e demais servidoras e servidores, não aceitarão retrocessos e seguirão firmes na defesa dos serviços públicos e pelo cumprimento dos acordos firmados.

“A proposta de reforma Administrativa em debate na Câmara dos Deputados representa não apenas a precarização das carreiras, mas também a ameaça direta à garantia de direitos fundamentais da população, como saúde, educação e assistência social. Diante disso, a resistência organizada e unificada seguirá como caminho imprescindível para barrar mais esse ataque e assegurar a valorização do funcionalismo, a manutenção dos serviços públicos gratuitos e a preservação do interesse coletivo sobre os interesses privatistas”, concluiu.

Confira como foi a Semana Unificada de Lutas (22 a 26)

Dia 22

- Mesa na Adunb SSind.: “Os ataques às universidades públicas são ataques à democracia!”, com Marcos Soares, 1º vice-presidente Regional São Paulo do ANDES-SN, Cláudia Maria Dadico, representando a Associação Juízas e Juizes para a Democracia (AJD) e Maria Lídia, presidenta da Adunb SSind., como mediadora do debate.

Dia 23

- Ato no Aeroporto Internacional de Brasília;
- Construção de Carta do ANDES-SN às e aos parlamentares;

Dia 24

- Ato público em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e visitas a gabinetes parlamentares para entrega da Carta do ANDES-SN;

Dias 25 e 26

- Reunião conjunta dos setores das Ifes e das Iles/Imes/Ides do ANDES-SN para avaliação da conjuntura, das mobilizações e construção da agenda de ações futuras para o combate à reforma Administrativa.

Reedição da PEC 32/20, Reforma Administrativa avança às escondidas no Congresso Nacional sob domínio do mercado



Um debate crucial para o futuro do serviço público brasileiro e para o exercício da cidadania no país contamina o Congresso Nacional. A reforma Administrativa, sussurrada no âmbito de um Grupo de Trabalho (GT) na Câmara dos Deputados em consonância com o governo Lula da Silva via Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), quer alterar profundamente as regras de ingresso, permanência e remuneração de servidoras e servidores públicos em todas as esferas da República. Mais grave ainda, a medida afeta diretamente a possibilidade de serviços públicos essenciais continuarem sendo disponibilizados, gratuitamente, para a população que mais se utiliza deles e, em análise aprofundada, ao conjunto da população em todas as classes econômicas e estratos sociais.

Para o serviço público, com o que se tem até o momento, o cenário é de alerta total e requer acúmulos para o enfrentamento da proposta a ser divulgada. Foi diante desse cenário que o ANDES-SN preparou uma análise, destrinchando o que foi anunciado pelo coordenador do GT, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) em entrevista à imprensa. No documento, o Sindicato Nacional classifica a proposta como um desmonte do Estado e um ataque aos direitos trabalhistas.

O GT da Reforma Administrativa foi instalado em junho de 2025 e, após uma série de reuniões e audiências públicas - tendo por convidados, em sua maioria, simpatizantes

do desmonte do Estado -, prepara o terreno para a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL).

A posição do governo federal, representada pelo MGI sob o comando de Esther Dweck, é que a reforma é necessária para modernizar o Estado, combater privilégios e garantir justiça e sustentabilidade no serviço público. O MGI defende a manutenção da estabilidade, desde que vinculada a uma avaliação de desempenho rigorosa, e aponta ações já em curso, como a homogeneização de carreiras em 20 níveis, a realização do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) e a digitalização de serviços.

Os principais pontos de conflito

O documento do ANDES-SN destaca que o relatório preliminar do GT contém cerca de 70 medidas, organizadas em quatro eixos: Estratégia, Governança e Gestão; Transformação Digital; Profissionalização dos Serviços; e "Combate aos Privilégios". As críticas concentram-se em duas frentes principais: a estabilidade e as carreiras.

Quanto à estabilidade, as propostas preveem a perda do cargo por "insuficiência de desempenho", a alteração das regras do estágio probatório - permitindo demissões durante esse período - e a criação de uma lei nacional para admitir cargos temporários, flexibilizando a exigência constitucional do "interesse público excepcional".

Em relação a salários e carreiras, o plano é substituir o sistema atual por uma lógica de "posto ou posição", homogeneizando todas as carreiras em uma grande estrutura de 20 níveis. Isso acabaria com as progressões por tempo de serviço e dedicação, substituindo-as por avaliações de desempenho que determinariam bonificações. Haveria, ainda, um achatamento salarial, onde a diferença entre o piso e o teto de uma carreira não ultrapassaria 50% do teto do funcionalismo.

Na avaliação do Sindicato Nacional, o discurso sobre "supersalários" e "regalias" é uma estratégia para conquistar apoio popular para uma reforma que, na prática, atingiria a todos e todas. Dados apresentados mostram que menos de 0,3% dos servidores e servidoras federais civis recebem acima de R\$ 42 mil, e a mesma ínfima porcentagem usufrui de benefícios como 60 dias de férias, majoritariamente concentrados no Judiciário e Ministério Público.

As consequências da proposta em formatação, apontadas pelo ANDES-SN, são severas: desmonte dos regimes estatutários, vulnerabilização da estabilidade - que protege o servidor de pressões políticas -, precarização dos serviços públicos, achatamento salarial, retrocessos nas carreiras e aumento de agravos à saúde mental dos trabalhadores e das trabalhadoras devido à pressão por metas.

Outros aspectos preocupantes incluem a implementação de um sistema de metas em 180 dias para todos os órgãos, a generalização do teletrabalho e a criação de um cadastro único para contratação temporária, nos moldes do CNU.

Enquanto o governo defende a reforma como um caminho para um Estado mais "justo, digital e eficiente", os servidores e as servidoras enxergam nela um risco iminente de precarização, perda de direitos e um retrocesso histórico que pode fragilizar permanentemente a máquina pública e a qualidade dos serviços oferecidos à população. O palco para esse embate serão as redes e as ruas, com mobilizações e protestos já realizados e outros em construção, para antes mesmo da apresentação oficial do texto.

Proposta tramada no Congresso aprofunda desigualdades e compromete a soberania nacional ao fragilizar serviços essenciais

O que se sabe até o momento acerca dos textos que serão apresentados como o conjunto da Reforma Administrativa – Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL) – é que a proposta vai além de uma simples modernização da gestão pública. Representa um movimento profundo de reconfiguração do Estado brasileiro, com consequências diretas para a qualidade dos serviços prestados à população e, em última instância, para o exercício pleno da cidadania. Embora apresentada sob o discurso da eficiência e do ajuste fiscal, a análise dos seus pontos revela um conjunto de medidas que podem ampliar a exclusão e comprometer a capacidade do país de garantir direitos fundamentais à sua população.

A proposta de unificação remuneratória entre União, estados e municípios, por exemplo, ignora solenemente as profundas disparidades regionais do país. A imposição de um padrão único, sem considerar as realidades locais, tende a aprofundar as assimetrias já existentes, prejudicando ainda mais regiões com menor capacidade financeira. O resultado prático será a deterioração de serviços como saúde e educação, justamente onde são mais

necessários, negando a milhões de brasileiros e brasileiras, o acesso a direitos constitucionalmente assegurados.

Da mesma forma, a ênfase excessiva em modelos de meritocracia e bonificação por metas, inspirados na gestão privada, desconsidera a natureza do serviço público. A lógica da competição interna é incompatível com a necessidade de cooperação e com o princípio da universalidade que deve reger o Estado. Ao priorizar indicadores de produtividade em detrimento da qualidade e da equidade, cria-se o risco de os serviços se concentrarem em atividades "mensuráveis", abandonando aquelas essenciais, porém menos quantificáveis, que atendem às populações mais vulneradas.

Cidadania incompleta e soberania ameaçada

O acesso a serviços públicos de qualidade é um pilar fundamental para a cidadania. É por meio dele que se concretizam direitos como saúde, educação, segurança e assistência social. Quando o Estado falha em fornecer esses serviços de forma universal e qualificada, nega a milhões de pessoas a capacidade de exercerem seus direitos plenos, aprofundando ciclos de desigualdade e exclusão. Uma gestão pública instável e precarizada, como a que

esta reforma pode fomentar, não é apenas ineficiente; é excludente.

Essa fragilização do Estado tem implicações que vão além das fronteiras internas da cidadania, atingindo a própria soberania nacional. Um país que desiste de manter um quadro próprio, estável e qualificado de servidores e servidoras, substituindo-o por mão de obra temporária e terceirizada, perde capacidade de planejamento estratégico e de execução de políticas de Estado – e não apenas de governo. A soberania de uma nação se mede também pela sua capacidade de garantir o bem-estar da sua população e de conduzir seu desenvolvimento de forma autônoma e planejada.

Ao desmontar a estrutura técnica e permanente do serviço público, o país arrisca-se a tornar-se refém de interesses voláteis e a perder a capacidade de implementar políticas consistentes em áreas sensíveis, como ciência e tecnologia, defesa e desenvolvimento social. A reforma, portanto, não é apenas uma questão administrativa ou fiscal; é uma decisão sobre que tipo de país queremos ser: uma nação soberana, capaz de cuidar de seu povo, ou um Estado frágil, onde a cidadania será cada vez mais um privilégio, e não um direito.



A mentira do “Estado gastador”: despesa com funcionalismo está muito abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal

Aquele ultrapassado discurso que a União gasta excessivamente com pessoal tem sido repetido ao longo dos anos por governos, agentes do mercado financeiro e pela mídia alinhada ao ideário neoliberal e suas organizações. Mas, a análise dos dados oficiais prova que essa narrativa não se sustenta.

O levantamento realizado por Paulo Lindesay, diretor do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE-SN) e Coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida - Núcleo RJ, evidencia uma realidade bem diferente daquela narrativa de terrorismo econômico construída pelos defensores da reforma.

Ao se analisar a Receita Corrente Líquida (RCL) de 2024, a União arrecadou R\$ 1,43 trilhão. No mesmo ano, a despesa com pessoal registra-

da no Painel de Orçamento Federal (SIOP) foi de R\$ 366 bilhões, o que corresponde a 25,58% da RCL. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a União não pode ultrapassar 50% da RCL em despesas com pessoal — o que equivaleria a R\$ 713 bilhões. Ou seja, a despesa executada está quase R\$ 350 bilhões abaixo do limite legal. E isso não é exclusividade de 2024.

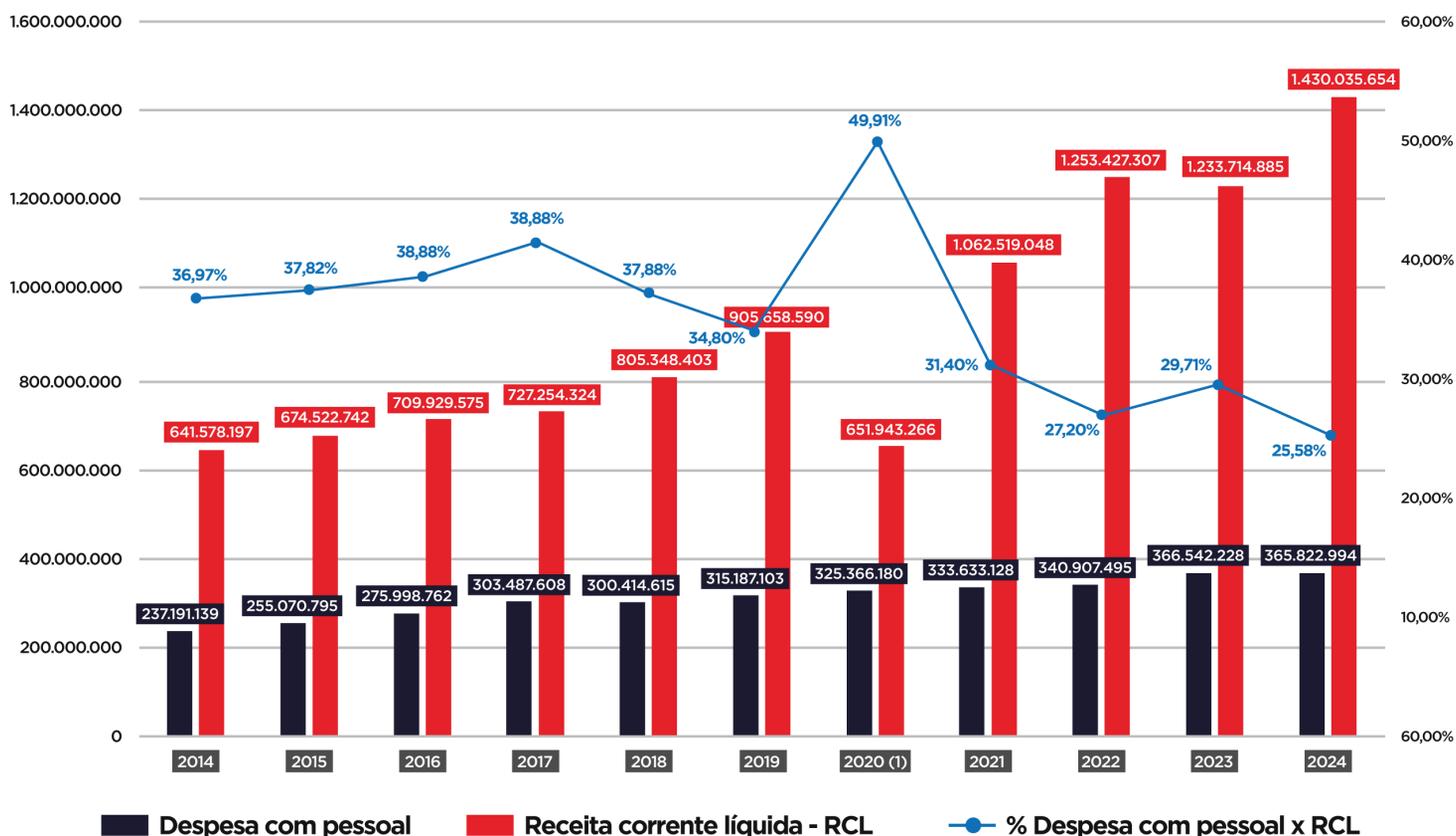
A série histórica confirma essa tendência: mesmo nos anos de maior pressão fiscal, como em 2020, durante a queda de arrecadação decorrente da pandemia de Covid 19, o índice não ultrapassou o teto definido pela LRF.

Em 2014, a RCL somava R\$ 641,6 milhões, e a despesa com pessoal representava R\$ 237,1 milhões, ou 36,97% da receita. Nos anos seguintes, a pro-

porção oscilou levemente para cima, alcançando o pico em 2017, quando os gastos com servidores e servidoras atingiram 41,73% da RCL.

A partir de 2018, entretanto, iniciou-se um movimento de queda. Mesmo com o crescimento da arrecadação — que passou de R\$ 805,3 milhões em 2018 para mais de R\$ 1,25 bilhão em 2022 —, a participação da folha de pessoal caiu de 37,30% para 27,20% nesse intervalo.

O único desvio de tendência ocorreu em 2020, durante a pandemia. Com a retração da arrecadação, a RCL caiu para R\$ 651,9 milhões, enquanto os gastos com pessoal permaneceram estáveis, elevando a proporção para 49,91%. Nos anos seguintes, contudo, a retomada da economia recolocou o índice em trajetória de queda, chegando ao menor patamar da série em 2022.



Já em 2021, com a retomada da arrecadação, a RCL saltou para R\$ 1,06 bilhão, e a despesa com pessoal foi de R\$ 333,6 milhões, reduzindo a proporção para 31,40%. Em 2022, essa tendência se acentuou: a RCL alcançou R\$ 1,25 bilhão, enquanto a despesa com pessoal subiu levemente para R\$ 340,9 milhões, fazendo o índice cair para 27,20%, o menor da série histórica.

Esses dados evidenciam que a narrativa do “Estado inchado e gastador” não tem qualquer fundamento. Enquanto a Receita Corrente Líquida mais que dobrou entre 2014 e 2022, o gasto com pessoal cresceu em ritmo bem menor, fazendo a proporção cair de quase 42% em 2017 para apenas 27% em 2022.

Isso demonstra que o crescimento das despesas com pessoal foi controlado, em contraste com a evolução expressiva da arrecadação. O que se observa é a instrumentalização de uma mentira para justificar reformas administrativas como canal de transferência do dinheiro público para o mercado, retirada sistemática de direitos e políticas de desmonte da assistência social e do serviço público.

Autor do levantamento, Paulo

Lindesay aponta que a falácia do “Estado gastador” apenas tira foco do verdadeiro problema. “Na verdade, o vilão da economia brasileira é o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Durante o mesmo intervalo em que os gastos com pessoal e encargos sociais foram analisados, o Brasil desembolsou mais de R\$ 25 trilhões em serviço da dívida pública. Amortizações totalizaram aproximadamente R\$ 20,6 trilhões. Como é possível que o Brasil tenha amortizado aproximadamente R\$ 20,6 trilhões de uma dívida pública total de R\$ 25 trilhões, e o saldo da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) continua crescendo? Em julho de 2025, o estoque da DBGG ultrapassou aproximadamente R\$ 9,555 trilhões. Apenas em 2024, o governo federal sangrou os cofres públicos em mais de R\$ 1 trilhão, referente aos juros da dívida bruta do Governo Geral. Isso equivale, no mesmo período, a um gasto superior a sete vezes o orçamento da Educação (R\$ 136 bilhões) e mais de 2,7 vezes a despesa com pessoal/Encargos Sociais do Poder Executivo Federal (R\$ 365 bilhões). Quem é o verdadeiro vilão da

Economia brasileira?” questiona.

Segundo o Painel de Orçamento Federal – SIOP, até o momento, o governo federal já pagou aproximadamente R\$ 1,8 trilhão em juros e amortizações da dívida pública. Faltando pouco mais de três meses para o fim de 2025, a avaliação é que esse valor irá superar o total pago em 2024, de R\$ 1,997 trilhão.

Lindesay ainda alerta que o foco precisa ser reorientado. Ao invés de atacar servidores e servidoras, é preciso direcionar o debate para os verdadeiros fatores de desequilíbrio das contas públicas: o sistema da dívida, as renúncias fiscais bilionárias e o sequestro de recursos públicos pelo setor financeiro.

Constituição sob ataque: + precarização, – cidadania

Um dos pontos mais preocupantes da reforma ventilada é a flexibilização das regras de demissão e a expansão do uso de contratações temporárias. A proposta de criar mecanismos de demissão por avaliação de desempenho (Sidec) é um risco concreto à estabilidade funcional, prevista no artigo 41 da Constituição Federal.

A estabilidade não é um privilégio, mas uma garantia fundamental para assegurar a continuidade dos serviços, protegendo servidores e servidoras de pressões políticas e clientelistas. Sua flexibilização abre espaço para perseguições e ameaças, com reflexos diretos na qualidade do atendimento ao cidadão.

Analisada em conjunto com a proposta de alterar o Artigo 37, inciso IX, da Constituição, esvaziando o conceito de “excepcional interesse público” para contratações temporárias, o risco fica ainda maior. A mudança banaliza a exceção, incentivando a substituição de concursos públicos por contratações precárias e de curta duração.

A rotatividade resultante fragiliza a formação de equipes estáveis e qualificadas, essenciais para políticas públicas de longo prazo, como as da área de saúde, assistência social e educação. A população, especialmente a parcela mais dependente do Estado, é quem mais sofrerá com a descontinuidade e a desprofissionalização dos serviços.



Emendas parlamentares colocam financiamento e autonomia das instituições em risco



desde 2015, em que cada parlamentar define o destino dos recursos; as da bancada estadual (RP7): tornadas impositivas em 2019, elaboradas coletivamente por parlamentares de um mesmo estado ou região; e as de comissão (RP8): vinculadas às comissões temáticas do Congresso, mas sem caráter impositivo. *Saiba mais sobre os tipos de emendas no box.*

Para o economista Lucas Rech, docente da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e associado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as emendas parlamentares inviabilizam o planejamento das instituições de ensino e representam risco à autonomia universitária ao colocar o futuro das instituições nas mãos de parlamentares.

“As emendas parlamentares impositivas, que cresceram sobremaneira com o orçamento secreto e que, mesmo com algumas modificações, continuam sem muitos controles sociais, têm se apropriado de parcela crescente do orçamento discricionário federal, comprimindo gastos fundamentais em Saúde e Educação. Se isolarmos o investimento no interior das despesas discricionárias das IFE, veremos que, entre 2016 e 2025, o valor caiu de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,2 bi. Mais grave ainda é que parte expressiva desse montante, cerca de R\$ 358 milhões, chegou às universidades via emenda parlamentar”, afirmou.

O professor destacou que essas emendas não podem ser vistas como solução estrutural para os problemas enfrentados pelas instituições. “Por sua característica de decisão privada, as emendas inviabilizam o planejamento, dado que se dão

Com o Congresso Nacional se preparando para analisar a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, a crescente destinação de recursos para emendas parlamentares acende um alerta sobre o financiamento e a previsibilidade da Educação, especialmente para as instituições federais de ensino (IFE) no país. Por um lado, o aumento do montante repassado às emendas impacta nos valores direcionados às políticas públicas. Por outro, diversos gestores de IFE recorrem a parlamentares para conseguir, através das emendas, complementar o orçamento das instituições.

A proposta reserva R\$ 40,8 bilhões para emendas impositivas, cuja execução é obrigatória, no próximo ano. O valor já supera os R\$ 38,9 bilhões

previstos para 2025 e pode chegar a R\$ 52,9 bilhões, com a inclusão das emendas de comissão — que dependem de negociação política e cortes em outras áreas para serem viabilizadas. A divisão das emendas impositivas prevê R\$ 26,6 bilhões para emendas individuais (R\$ 20,6 bi para deputadas e deputados e R\$ 6 bi para senadoras e senadores) e R\$ 14,2 bi para as de bancada estadual. O montante adicional de R\$ 11,5 bilhões referente às emendas de comissão não foi incluído no projeto, exigindo cortes em outras despesas governamentais para ser acomodado.

As emendas são instrumentos por meio dos quais parlamentares direcionam recursos do Orçamento da União para áreas, estados ou projetos específicos. Existem três modalidades principais. As Individuais (RP6): de execução obrigatória

Tipos de Emendas e 'Orçamento Secreto'

Emendas Individuais (RP6): Tornaram-se impositivas desde 2015 (EC nº 86), correspondendo a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, com metade obrigatoriamente para a saúde. Cada parlamentar decide sua destinação.

Emendas de Bancada (RP7): Destinadas às bancadas estaduais (deputados do mesmo estado ou região). Têm caráter impositivo desde 2016, fixadas em 0,6% da RCL, e ampliadas para 1% pela PEC 34/2019 (com transição até 2022).

Emendas de Comissão (RP8): Verbas destinadas às comissões temáticas do Congresso, mas não são de execução obrigatória, dependendo de negociação e espaço fiscal.

Emendas de relator (RP9): Criadas em 2019, as emendas de relator ficaram conhecidas como “orçamento secreto” por concentrarem bilhões de reais sob controle do relator-geral do Orçamento, sem critérios transparentes e sem identificação de autores. Após denúncias, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou as emendas inconstitucionais em 2022 por violarem os princípios da transparência, impessoalidade e publicidade. Na época, o ANDES-SN denunciou o mecanismo no Informandes.



sempre de maneira pontual e não de acordo com as prioridades das universidades. Desde 2019, elas representaram mais de 30% do montante empenhado no orçamento de investimentos das IFE (com exceção deste ano, em razão dos volumes do PAC)". Para Rech, é fundamental combater não apenas o crescimento das emendas no orçamento da União, mas também a naturalização desse dispositivo nos orçamentos universitários.

Orçamento da Educação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso, em 29 de agosto, o PLOA para 2026, que estima a receita e fixa as despesas da União. A proposta prevê R\$ 133,7 bilhões para a Educação, cumprindo o piso constitucional de 18% da Receita Líquida de Impostos. Dentro desse montante, o Ensino Superior, que engloba 68 universidades, 37 hospitais universitários e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem previsão de R\$ 48,2 bilhões.

Segundo Rech, o valor continua insuficiente. "O valor orçamentário segue bastante distante do necessário para o bom funcionamento da rede federal de ensino superior, profissional e técnico. Para termos um comparativo: em 2024, ano anterior ao reajuste dos profissionais da educação federal, conquistado por meio de uma importante greve, a despesa com pessoal nas IFE foi de R\$ 37,4 bilhões. Com os reajustes já garantidos — 9% em 2025 e 3,5% em 2026 —, esse valor deve alcançar R\$ 42,2 bilhões", explicou.

Ele destacou ainda que, descontadas essas despesas, os recursos para custeio e manutenção são cada vez mais limitados. "Para as despesas discricionárias de todas as IFE — que, vale lembrar, não são tão discricionárias, já que englobam contratos terceirizados de segurança, limpeza e manutenção — restarão apenas R\$ 6 bilhões. Esse valor é inferior, inclusive nominalmente, ao disponibilizado nos anos de 2023, 2024 e 2025", observou Rech.

Contingenciamento

A imprevisibilidade orçamentária, marcada por contingenciamentos recorrentes — como o bloqueio de mais de 30% em 2025 —, compromete o planejamento de longo prazo das universidades e afeta bolsas de pesquisa, hospitais universitários e capacidade de modernização. O economista reforçou que o custeio das instituições deveria ser tratado como despesa obrigatória, blindando-o de cortes.

"É fundamental, para a sustentabilidade das Instituições Federais de Ensino, que o orçamento discricionário seja classificado, do lado federal, como obrigatório, isto é, não contingenciável. Como já há separação entre os orçamentos de custeio e investimento, e dado que o custeio envolve pagamentos indispensáveis (eletricidade, água, segurança, limpeza, etc.), ele deve ser corrigido tomando como referência 2016 — considerado pela Andifes o mínimo necessário —, quando girava em torno de R\$ 8,4 bilhões em valores atualizados pelo IPCA", destacou o docente da Ufba.

Caso contrário, conforme Rech, além de um orçamento aquém do mínimo necessário, as instituições continuarão reféns das regras do arcabouço fiscal, aprovado em 2023, podendo ter o pouco disponível cortado de um dia para o outro.

Emendas no Paraná

A instabilidade na destinação de recursos via emendas parlamentares não se restringe às instituições federais. Uma análise conduzida pela docente Fernanda Mendonça, 1ª vice-presidenta da Regional Sul e da coordenação do Grupo de Trabalho (GT) Verbas e Fundações do ANDES-SN, sobre as universidades estaduais do Paraná entre 2016 e 2023, revela um padrão de irregularidade e falta de critérios claros.

No período analisado, com dados do Siga Brasil, Mendonça apurou que o total destinado às universidades estaduais paranaenses via emendas, foi superior a R\$ 50 milhões. No entanto, o fluxo dessas verbas mostrou-se inconsistente, com picos nos anos eleitorais de 2016 (R\$ 19,2 milhões), 2018 (R\$ 7 mi) e 2020 (R\$ 14,3 mi). Entre as universidades estaduais, a

do Oeste do Paraná (Unioeste) recebeu o maior volume de recursos, R\$ 11,9 milhões, seguida pela de Ponta Grossa (UEPG) com R\$ 10,7 mi, e pela de Londrina (UEL) com R\$ 8,1 mi.

"Há uma grande variedade de partidos destinando recursos via emenda para as universidades, não havendo a predominância de um partido a partir da estratificação por IES. Nota-se um padrão desigual e instável na destinação de emendas por ano e por características das universidades, ou seja, as maiores universidades não necessariamente são as que recebem mais recursos", analisou Fernanda Mendonça.

A docente concluiu que "os critérios para a destinação desses recursos têm forte relação com as capacidades dos atores construir articulações políticas", evidenciando que a dependência dessas verbas fragiliza o planejamento estratégico e a autonomia das instituições de ensino.

"A presença das emendas parlamentares no financiamento das universidades brasileiras, embora ainda não atinja patamares significativos, é algo que merece preocupação e atenção da nossa parte. A forma como essa modalidade de financiamento se apresenta prejudica um dos direitos constitucionais das universidades que é sua autonomia. Ocorre que se as emendas parlamentares, cujo repasse ocorre sem transparência de critérios, de forma irregular, prejudicando os processos de planejamento e local de destinação dos investimentos, sem falar da alta dependência de articulações políticas que esses repasses estão vinculados, a autonomia universitária estará profundamente ameaçada", avaliou a diretora do ANDES-SN.



Dinheiro público fortalece *big techs* e enfraquece tecnologia e inovação no país



Foto: Banco de Imagem

Mandar uma mensagem no WhatsApp, pedir um carro por aplicativo, salvar fotos na “nuvem”, curtir uma postagem nas redes sociais ou cadastrar seus dados em um hospital público parecem ser ações simples do dia a dia. Mas, por trás desses gestos cotidianos, existe uma engrenagem bilionária que envolve o uso de recursos públicos, o fortalecimento de monopólios globais e a ampliação da dependência do Brasil em relação às gigantes estrangeiras da tecnologia, conhecidas como “*big techs*” - Apple, Google, Amazon, Microsoft e Meta.

A presença dessas empresas nos serviços pagos pelo orçamento público brasileiro tem crescido de forma acelerada e quase imperceptível aos olhos da população brasileira. Com a promessa de modernidade e eficiência, seja em escolas, hospitais ou repartições públicas, a digitalização impõe um modelo que fortalece monopólios privados globais.

“Atualmente, o modelo hegemônico de desenvolvimento de serviços digitais, ou de bens e produtos tecnológicos digitais, está assentado em poucas empresas que dominam o setor. Trata-se de serviços de gestão de agendas e armazenamento de documentos da Microsoft, como a Microsoft Team; do Google; da Amazon, com hospedagem de grandes bases de dados e capacidade de processamento,

entre outros exemplos. Seja por contratação direta desses serviços ou de forma indireta, através de um prestador de serviço que utiliza nessas plataformas o meio de desenvolvimento dos seus próprios serviços e produtos, as grandes empresas drenam recursos públicos para alimentar o seu próprio modelo de negócios”, explicou Alexandre Arns, integrante do coletivo Direito à Comunicação e Democracia (DiraCom).

Tecnologias da Informação e Comunicação

Licenças de softwares, sistemas de gestão e serviços de nuvem são ferramentas essenciais para organizar tarefas, usar aplicativos e armazenar arquivos na internet. Tudo isso faz parte do vasto universo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), cujas contratações por parte do Estado brasileiro estão no centro de um debate complexo.

Um estudo intitulado “Contratos, Códigos e Controle: A Influência das Big Techs no Estado Brasileiro”, realizado por pesquisadoras e pesquisadores das universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB) e publicado em julho deste ano, revelou o grande volume de recursos que o setor público brasileiro destina a tecnologias estrangeiras. Entre 2014 e 2025, o gasto total mínimo com licenças de software, serviços em nuvem e solu-

ções similares de grandes corporações internacionais atingiu R\$ 23 bilhões. O documento alertou que este valor é apenas a “ponta do iceberg”, pois não está ajustado pela inflação e foi obtido a partir do cruzamento limitado de dados públicos.

A dimensão desses gastos fica ainda mais evidente ao analisar o período de apenas um ano, entre junho de 2024 e junho de 2025. Nesse intervalo, as três esferas de governo — federal, estadual e municipal — desembolsaram mais de R\$ 10,3 bilhões em materiais e serviços de TIC de empresas estrangeiras. Para contextualizar, esse valor seria suficiente para sustentar integralmente uma universidade do porte da UnB por quatro anos e meio, ou custear bolsas de estudo integrais para 100% de estudantes de pós-graduação do Brasil por um ano, considerando as mestrandas e os mestrandos (250 mil) e as doutorandas e os doutorandos (100 mil) do país.

Grande parte desses contratos, segundo a pesquisa, não foi feita diretamente com as *big techs*, mas sim por meio de intermediários e revendedores nacionais, o que dificulta o rastreamento e a transparência.

O estudo destacou que o país gasta continuamente com sistemas e soluções de grandes fornecedores internacionais, perdendo o controle e a autonomia sobre sua própria infraestrutura digital. Essa dependência, conforme o relatório, limita o desenvolvimento de um ecossistema de inovação nacional e mantém o Brasil refém de empresas internacionais, especialmente nas compras públicas de TICs.

Segundo o integrante do DiraCom, o resultado dessa escolha é a destinação de recursos públicos a grandes empresas estrangeiras e a criação de uma dependência tecnológica estrutural. “Essas empresas capturam um recurso financeiro que poderia estar sendo destinado ao fortalecimento de produtos e serviços digitais ao longo de toda a cadeia de desenvolvimento tecnológico digital, desde a transmissão de dados, armazenamento e processamento até a gestão e prestação de serviços em geral”, alertou. Para Arns, a interrupção do uso desses serviços exigiria um processo organizativo de determinados serviços públicos ou da

administração pública.

Data Centers

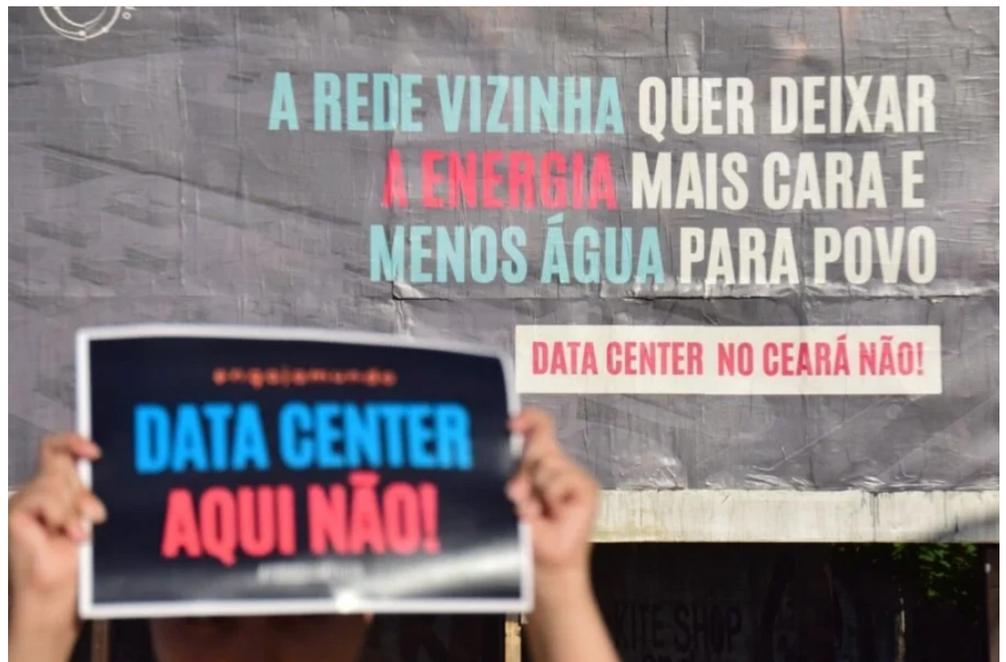
Outra peça indissociável dessa engrenagem são os *data centers*. Conhecidos como os “cérebros” da internet, os *data centers*, ou centro de dados, são prédios físicos que abrigam computadores, os quais armazenam e processam os dados das usuárias e dos usuários 24 horas por dia, sete dias por semana.

No Brasil, a disputa para atrair esses tipos de empreendimento tem mobilizado cifras bilionárias e gerado um custo fiscal significativo. O governo federal incluiu no Orçamento de 2026, a previsão de renunciar a R\$ 5 bilhões em receitas para implementar o regime tributário especial, o ReData. A medida visa desonerar a importação de equipamentos para *data centers*, com a justificativa de corrigir assimetrias competitivas e atrair mais de R\$ 1,5 trilhão em investimentos nos próximos cinco anos, consolidando o Brasil como um centro global de infraestrutura digital, segundo a Associação Brasileira de *Data Centers* (ABDC).

Essa renúncia inicial representa uma quantia expressiva de recursos públicos e beneficia diretamente o capital privado e estrangeiro, suscitando questionamentos sobre a prioridade de alocação de recursos em um país com tantas demandas sociais. Além do custo fiscal, o impacto ambiental e social dos *data centers* também é relevante, sobretudo pelo alto consumo de água e energia, especialmente para manter a refrigeração necessária, e pelos efeitos associados à sua operação contínua.

Um exemplo é o caso do data center planejado para Caucaia, no estado do Ceará. O projeto foi apresentado pela Casa dos Ventos, empresa responsável oficialmente pelo empreendimento, ao governo do Ceará para obter a licença prévia, primeira das três etapas do licenciamento ambiental. Segundo informações reveladas pelo The Intercept Brasil, quem vai ocupar o prédio, na prática, é a chinesa ByteDance, dona da rede social TikTok.

A central de dados está projetada para consumir, em um único dia, a mesma quantidade de energia utilizada por 2,2 milhões de brasileiras e brasileiros em suas casas. Anualmente, seu consumo de 1,84 TWh supera o gasto elétrico total de três estados brasileiros (Acre, Amapá e Roraima) juntos. Esse consumo energético é impulsionado por sistemas de resfriamento intensivos e pela demanda



Outdoor em Caucaia (CE) - Foto: Sara Cafe/Engajamundo

de supercomputadores, para processar e treinar modelos de Inteligência Artificial generativa, conhecidos por seu consumo elevado de energia e de carbono.

Mesmo com a promessa de energia 100% renovável, proveniente de parques eólicos e solares, esses empreendimentos não estão isentos de impactos. A chamada “energia limpa” pode resultar no bloqueio de acesso a áreas de comunidades, aterramento de lagoas, ruído sonoro constante - causadores da síndrome da turbina eólica -, desmatamento e violações de direitos humanos.

A comunidade indígena Anacé, no Ceará, denuncia que o projeto do TikTok está sendo imposto sem consulta prévia, livre e informada, violando direitos garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas, e pela Constituição Federal.

“Um data center consome uma quantidade gigantesca de água e energia, o que pode afetar diretamente nossos territórios tradicionais, rios, aquíferos e a biodiversidade. A promessa de ‘energia renovável’ muitas vezes significa instalar

novos parques solares e eólicos, que, na prática, também trazem impactos ambientais, sociais e culturais profundos — ocupando terras, degradando áreas de uso tradicional e afetando a vida das comunidades”, criticou o cacique Roberto Anacé.

Anacé também expressou preocupação com grandes empresas que prometem desenvolvimento, mas não garantem direitos, reparações, proteção ambiental e a demarcação integral do nosso território sagrado. “Até agora, não houve diálogo real com o povo Anacé. Nem a empresa, nem o governo estadual ou municipal procuraram a comunidade para debater ou apresentar estudos de impacto. O que vemos é a repetição de uma prática histórica: decidem sobre nosso território sem nos ouvir, tratando-nos como se não existíssemos”, disse. Segundo o cacique, as e os indígenas não são contra a tecnologia, mas sim contra a invisibilidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Atravessando o país, mais de 4 mil quilômetros ao sul, outro data center está sendo planejado em Eldorado do

ANDES-SN e a Luta pelo Direito à Comunicação no 5º ENDC

O ANDES-SN participou do 5º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), em Fortaleza (CE) nos dias 8, 9 e 10 de setembro. Organizado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o evento reuniu movimentos sociais, entidades e pessoas engajadas na luta pelo direito à comunicação, buscando fortalecer articulações e reafirmar a comunicação como um direito humano. A programação debateu mídia pública, big techs, combate às *fake news*, proteção de dados, inteligência artificial e seus impactos nos direitos humanos, entre outros. Acesse o QR Code e saiba mais.



Sul (RS). O projeto representa um novo risco ambiental em uma cidade já severamente afetada por enchentes, onde mais de 80% das casas ficaram submersas em 2024. Além do impacto no consumo de recursos naturais, a presença de uma estrutura tão grande pode pressionar o sistema urbano, comprometer ainda mais a gestão da água e do solo e aumentar a vulnerabilidade da população a desastres futuros.

Soberania Digital

Dados estratégicos de milhões de brasileiras e brasileiros, como históricos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), podem estar sob risco quando armazenados em servidores de empresas estrangeiras fora do país. Isso porque legislações como a dos Estados Unidos, o Cloud Act - sigla para Clarifying Lawful Overseas Use of Data Act (Lei de Esclarecimento sobre o Uso Legal de Dados no Exterior, em tradução livre) - permitem ao governo acessar dados armazenados fora de seu território, desde que estejam sob o controle de empresas sediadas nos EUA.

Essa vulnerabilidade expõe diagnósticos, exames genéticos e tratamentos médicos, comprometendo a privacidade individual. O risco se agrava quando informações de setores sensíveis, como as Forças Armadas ou órgãos de inteligência, ficam sob controle de *data centers* operados por essas *big techs*, fora da jurisdição direta do Estado brasileiro.

O estudo "Contratos, Códigos e Controle: A Influência das *Big Techs* no

Estado Brasileiro" apontou ainda a adoção de sistemas de inteligência artificial estrangeiros em processos decisórios públicos. Segundo a análise, modelos como o ChatGPT são desenvolvidos com bases de dados de outros países e calibrados segundo parâmetros que não refletem necessariamente a realidade brasileira. Se usados em serviços públicos, decisões jurídicas ou políticas de segurança, esses sistemas podem reproduzir vieses discriminatórios, gerar erros e reduzir a capacidade de responsabilização do Estado.

A publicação mostrou ainda que o Brasil não tem acesso ao código-fonte nem à lógica interna de funcionamento desses modelos, o que impede auditorias, revisões ou correções. Dessa forma, parte das escolhas públicas acaba nas mãos de interesses externos, comprometendo a soberania digital do país.

Modelo de código aberto e livre

Alexandre Arns defendeu que a contratação de serviços digitais no setor público priorize o modelo de código aberto e livre, que, na prática, significa usar programas e sistemas que não pertencem a uma única empresa, mas que podem ser compartilhados, modificados e melhorados por qualquer pessoa ou instituição.

Diferente dos softwares pagos e controlados por grandes corporações, esse modelo permite mais transparência, reduz custos para o orçamento público e dá autonomia tecnológica ao país. Assim, em

vez de depender de multinacionais que lucram com licenças e serviços, o Brasil poderia investir em soluções próprias e coletivas, fortalecendo a soberania digital e garantindo que a tecnologia esteja a serviço da população.

Arns também apontou a necessidade de recuperar as condições orçamentárias das universidades e institutos federais, para que possam atuar como importantes desenvolvedores e prestadores de serviços digitais, como o armazenamento e processamento de dados, fortalecendo a cadeia de desenvolvimento tecnológico digital no país.

"O modo garantir o direcionamento desse recurso é estabelecer como obrigação que a contratação desses serviços - seja para a área de saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, produção de alimentos, entre outros - leve em conta o modelo de propriedade e de desenvolvimento das soluções. Contudo, para além dessa consideração na elaboração do orçamento e execução orçamentária, é importante considerar as condições realmente existentes no mercado para oferta desse tipo de serviços. Além de fomentar o desenvolvimento de empresas privadas locais e nacionais, não se pode perder de vista que os próprios institutos públicos de ensino superior no Brasil podem cumprir um importante papel na prestação de determinados serviços digitais, como o armazenamento e processamento de dados, desde que se recupere as condições orçamentárias das universidades e institutos federais", afirmou.

Caminhos para a soberania digital no Brasil

- 1) Universidades públicas: apoiar centros como o Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL) da UFPR, que há décadas desenvolve softwares livres.
- 2) Nuvem pública federada: O Brasil já dispõe de infraestrutura técnica e conectividade via a RNP para criar uma nuvem pública federada, descentralizada e segura, capaz de proteger dados estratégicos de setores sensíveis como saúde e segurança, ancorada em universidades e operada com recursos públicos, como base da infraestrutura do Estado.
- 3) Compras públicas: Priorizar, nas compras públicas de TIC, soluções desenvolvidas por instituições brasileiras, com licenciamento aberto e operação sob jurisdição nacional.
- 4) Defesa nacional: investir em infraestrutura digital própria, desenvolvimento de software auditável e fortalecimento de instituições como ITA e IME. Restringir a terceirização de dados estratégicos da defesa nacional e garantir que toda a infraestrutura digital militar opere sob soberania brasileira.
- 5) Infraestrutura orbital: consolidar a Tecnologia Aeroespacial a Serviço do Brasil (ALADA), empresa pública, como operadora de satélites sob controle público.
- 6) Indústria nacional: fortalecer empresas, como Embraer, com contratos de longo prazo e metas de conteúdo nacional.
- 7) *Data centers*: Criar um marco regulatório ambiental e energético para *data centers*, com métricas obrigatórias e metas progressivas de eficiência.
- 8) Transparência: unificar plataformas públicas de compras de TIC com padrões abertos e rastreabilidade.
- 9) Plano nacional: instituir um plano nacional de soberania digital articulada entre ministérios, com orçamento, metas claras e participação social.

*Fonte: "Contratos, Códigos e Controle: A Influência das *Big Techs* no Estado Brasileiro".